

Coesão Social em Robert Castel: implicações no enfrentamento da Questão Social

Elione Maria Nogueira Diógenes¹

Resumo: Trata da concepção de coesão social em Robert Castel, intelectual francês que tem influenciado as análises acerca dessa questão no Brasil. Apresenta os limites e possibilidades dessa teoria no enfrentamento da questão social. Explicita as proximidades dessa teoria com o pensamento funcionalista representado por Parsons. Conclui pela fragilidade da teoria de Robert Castel e aponta a necessidade de uma teoria crítica que embasa o ressurgimento dos movimentos sociais de oposição ao capitalismo rentista.

Palavras-chave: coesão social, questão social, teoria crítica.

I introdução

Eu nada entendo da questão social. Eu faço parte simplesmente...
(QUINTANA, 2002, p. 10).

Início esta seção com uma série de questões que não sei se serão respondidas no corpo do presente artigo, mas que, ao menos, tem o mérito de nortear, sub-repticiamente, o percurso tomado. O interesse pela obra de Robert Castel² está centrado em sua noção de coesão social e de como esta delimita a sua proposta para o enfrentamento da questão social. Fiz esta busca cognitiva percorrendo alguns trabalhos tidos como essenciais na sua obra. As questões que me vêm à mente neste momento podem ser assim rascunhadas: a) O que Castel define como coesão social? Quais as definições similares que ele dá para esta expressão vocabular? Quais as determinações teóricas desta expressão para as “saídas” que ele encontra no enfrentamento da questão social? É possível encontrar as raízes do conceito casteliano de coesão social nos positivistas e, mais recentemente, no funcionalismo estrutural de Talcott Parsons (1902-1979), em que sugere uma espécie de integração harmônica entre as partes e o todo social? Caso seja possível qual crítica podemos fazer a este referencial?

Os caminhos que tomei foram três, os quais, espero, consigam dar conta das proposituras seguintes: 1) apropriar-me do conceito de coesão social, fazê-lo desvelar-se, de forma a poder identificar sua raiz conceitual; 2) analisar as formas de enfrentamento que Castel propõe para a questão social com base no modelo de análise adotado pelo autor, e 3) balizar um referencial teórico que me sirva de bússola para fazer as necessárias reflexões, adotando uma posição crítica quanto às idéias do autor. A corrente teórica que assumo realiza uma crítica de profundidade dos fundamentos positivistas e suas versões atuais. Neste sentido, a categoria de ideologia da vertente marxista é determinante para o entendimento dos significados do pensamento de Robert Castel no que toca a sua teoria de coesão social e as formas de enfrentar a questão social no atual contexto do capitalismo contemporâneo.

II A Coesão Social em Robert Castel: circunscrição teórica

Nesta seção pretendo fazer um exercício de aproximação teórica com relação às principais ideias do autor em realce quanto, especificamente, a sua referência conceitual de coesão social. Para tanto, li *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, lançado na França em 1995 e no Brasil, pela Vozes, em 1998³; bem como, *As armadilhas da exclusão* e *As transformações da questão*

¹ Mestre em Políticas Públicas (UFC) e Doutora em Políticas Públicas (UFMA). Profa. Adjunta II da Universidade Federal de Alagoas. **Endereço** profissional: Campus A. C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária - Maceió - AL, CEP: 57072-900, E-mail: elionend@uol.com.br; elionend@yahoo.com.br.

² Professor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris, França). Suas idéias têm servido de referência para discutir as questões relativas à questão social bem como as formas de enfrentamento. No Brasil tem publicado vários livros e é citado amiúde em obras que tratam da questão social.

³ O exemplar com o qual trabalhei é a 5ª edição lançada pela editora em 2005.

*social*⁴. Nos trabalhos citados Castel trata de duas questões cruciais: a primeira diz respeito ao que chama de *a nova questão social*, e a segunda enfatiza a imprecisão conceitual do termo *exclusão* para dar conta dos diferentes pontos de referência que estruturam a problemática da questão social na contemporaneidade, principalmente porque seu uso é muito heterogêneo, servindo para tudo explicar e explicita que:

(...) designa um número imenso de situações diferentes, encobrindo a especificidade de cada uma. Ou seja, a exclusão não é uma noção analítica. Ela não permite conduzir investigações precisas sobre os conteúdos que pretende abranger. (2000, p. 18).

Não obstante o reconhecimento da importância da análise do autor sobre esta temática não é sobre ela que desejo me deter. O móvel da direção ao presente texto é a idéia de coesão, da qual ele (Castel) se utiliza para realizar sua análise. O propósito aqui é o de se apropriar do conceito tal qual formulado pelo autor, extraindo sua composição referencial para num segundo momento identificar suas principais matrizes teóricas. Em várias passagens do *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Castel insere a noção de coesão social. Mas é na introdução (páginas 21 a 37) e na primeira parte *Da tutela ao contrato* (páginas 47 a 81), bem como nas duas últimas partes do texto *A sociedade salarial* e *A nova questão social*, (páginas 415 a 593) respectivamente, que aborda diretamente a temática. Especificamente estas três partes é o objeto da discussão que proponho fazer, pois aí se encontra toda a densidade teórica desenvolvida pelo autor quanto as suas idéias. Na exposição relacionada aos objetivos do seu trabalho Castel introduz o termo coesão:

As noções que tento trabalhar – a desconversão social, o individualismo negativo, a vulnerabilidade de massa, a desvantagem, a invalidação social, a desfiliação... – ganham sentido no quadro de uma problemática da integração, ou da anomia (de fato, é uma reflexão sobre as condições da coesão social a partir da análise de situações de dissociação)⁵. (2005, p.23).

O autor se refere a outros dois termos para situar o conceito em tela: integração e anomia. Em seguida, fala de ‘zonas’ de coesão social interligando-as a outras duas conceituações:

(...) a associação trabalho estável – inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, como vou tentar mostrar, a desfiliação. (2005, p. 24).

Sempre que menciona o conceito de coesão o faz associando-o ao de sociabilidade, como nesta passagem:

Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metafóricamente, de ‘zonas’ de coesão social. (2005, p. 24).

Conectando os termos sociabilidade, vulnerabilidade social e desfiliação a coesão social é entendida a partir da seguinte expressão:

Se ocorrer algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego: a zona de vulnerabilidade se dilata, avança sobre a da integração e alimenta a desfiliação. A composição dos equilíbrios entre essas ‘zonas’ pode assim – pelo menos é a hipótese que vou tentar fundamentar – servir como indicador privilegiado para avaliar a coesão de um conjunto social num dado momento. (2005, p. 24).

⁴ Estão no livro *Desigualdade e a questão social* editado pela EDUC em 2000.

⁵ Todos os grifos que existem a partir desta citação são meus.

Não raras vezes, referindo-se ao termo coesão social Castel o faz relacionando-o a outros termos ou de valor sinonimizado ou mesmo valendo-se de antônimos, como instabilidade e vulnerabilidade. O seu pensamento segue um raciocínio centrado num *esquema formal, cuja validade só será confirmada pelas análises por ele permitidas*. (2005, p. 24). Desta forma, o conceito de coesão social é referenciado tendo como ponto de partida a inscrição dos indivíduos numa dada *estrutura social* ou *sistema*. O autor entende que ao situar os indivíduos em ‘zonas’ de coesão social, não apenas os classifica, esclarecendo que são “(...) processos que os fazem transitar de uma para outra; por exemplo, passar da integração à vulnerabilidade, ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social (...)” (Castel, 2005, p. 25). Igualmente o conceito de *zona de vulnerabilidade ocupará uma posição estratégica* (Castel, 2005, p. 27), pois permite identificar o grau de estabilidade de uma dada estrutura social, vez que *alimenta as turbulências que fragilizam as situações conquistadas e desfazem os estatutos assegurados* (ibidem). Em seguida, o autor explicita melhor a noção de vulnerabilidade: *é um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza e, mais amiúde, com o do infortúnio* (ibidem). A partir da página 30 o autor introduz a temática central do seu trabalho, qual seja, a questão social, referenciando-a com a noção de coesão social ou integração:

A ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado de interdependência. (CASTEL, 2005, p. 30).

É importante destacar, também, o conceito de ‘social’ talhado por Castel:

O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do ‘social’: desdobrar-se nesse entre-dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O social consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para preencher esse espaço. (2005, p. 31).

Porque trazer agora este conceito? É no intuito de posteriormente investigar a matriz teórica que fundamentou os estudos de Castel. Assim, destaco que a partir da página 32 o autor se fundamenta nas idéias de Émile Durkheim acerca da sociedade entendida *como um conjunto de elementos interdependentes* (2005, p. 33). De fato, Castel remete a este conceito para fazer a análise da condição dos indivíduos subordinados *dentro do quadro de uma problemática de integração* (ibidem) ou coesão social. Há, ainda, na abordagem Casteliana uma menção à noção de solidariedade durkheimiana relacionando-a com a questão do *fundamento do pacto social* (2005, p. 35). Ao trazer o conceito de solidariedade à baila o faz em duas vertentes: a primeira, na construção do contrato social remontando a Rousseau; e a segunda para ler a sociedade do século XX e projetar a do XXI:

No raiar do século XX, a solidariedade deveria tornar-se um assumir-se voluntário da sociedade e o Estado social o seu fiador. Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da sociedade industrial estão, por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato social que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas. (ibidem).

Castel é enfático ao fazer referência à necessidade de um novo pacto social ou pacto de solidariedade: “Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições da inclusão de todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, ‘fazer sociedade’” (ibidem). Na primeira parte do seu texto, Castel retoma a temática da coesão pela via da questão social: “A ‘questão social’ pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (2005, p. 41). Nesse contexto, o autor chama atenção para o conceito “vago” do termo *social*, afirmando que *Realmente “o homem é um ser social”, e a abelha também* (2005, p. 48) e que para evitar o embaraço do termo, *estabelecer-se-á chamar de “societal” a qualificação geral das relações humanas enquanto se refere a todas as formas de existência coletiva*

(ibidem), pois, o “social”, ao contrário, é uma configuração específica de práticas que não se encontram em todas as coletividades humanas (ibidem). Com este entendimento de “social” Castel define o lugar da questão social: “(...) torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração.” (2005, p. 31).

Na verdade, é quase impossível apreender o conceito de coesão social em Castel se antes não se faz um exercício de compreender outros conceitos trazidos de Durkheim como a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária. O primeiro é considerado como *sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas* (2005, p. 48), quanto à sociabilidade secundária *trata-se de sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho* (2005, p. 58). Castel enfatiza ainda que em sociedades que vivem sociabilidade do tipo primária não há “social” em maior grau do que “econômico”, “político” ou “científico” no sentido em que estes termos qualificariam domínios identificáveis de práticas (2005, p. 50). Isto faz para dar maior peso ao termo por ele utilizado de integração primária, em que a rede societal é maior do que as relações, digamos, de produção. Por este motivo introduz um outro conceito nascido inter-relacionalmente aos outros dois, qual seja, desfiliação social:

A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária, um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. (2005, p. 51).

Rizek (2005, p. 12), no prefácio da obra de Castel, oferece ao leitor uma interpretação precisa do pensamento do autor:

A idéia de que as metamorfoses de questão social não dizem respeito apenas a quem, de um modo ou de outro, foi atingido pelas novas formas do desemprego ou de precarização, aos novos inúteis do mundo, aos inimpregáveis, aos que se localizam nas margens da sociedade salarial. É o centro das relações salariais e sociais que está igualmente em discussão, isto é, a própria natureza dos laços e vínculos que constituem o seu núcleo. Não se trata, então, de dar conta somente dos processos de exclusão (...) mas também o que acontece com os que permanecem no interior das zonas de coesão social ou nas zonas de integração em seu frágil equilíbrio, constituído a partir do vínculo entre as relações de trabalho e as formas de sociabilidade...

Ou seja, investigar esses fenômenos não a partir da perspectiva materialista histórica dialética da realidade, mas do funcionalismo ou mesmo do positivismo, posto que não raras vezes o estudioso em foco faz menção aos estudos de Durkheim e mesmo de Comte para fundamentar suas ideias. Não irei agora adentrar nesta seara, vez que o propósito é compreender o tema sem reservas teóricas, isto é, sem preconceitos. A tentativa é realizar um rigoroso exercício de compreensão da noção de coesão em Castel como deixo claro no início do texto.

É importante repassar em revista, neste momento, as passagens em que o termo coesão social é utilizado pelo autor seja como sinônimo de integração ou de sociabilidade primária ou ainda como integração ou o seu contrário, desintegração, enfim termos correlatos que nos remeta a esta compreensão. Para isto ampliei o material estudado: *As armadilhas da exclusão* e *As transformações da questão social*. Nesse primeiro trabalho o autor limita-se quase que exclusivamente a realizar uma exaustiva exposição quanto à impropriedade de se utilizar o conceito para uma análise profunda do fenômeno que hoje assola a sociedade contemporânea, elencando 07 razões pelas quais este termo é no mínimo impreciso dado a sua pretensão de *querer definir todas as modalidades de miséria de mundo* (2000, p. 17), reduzindo-se a *questão social à questão da exclusão* (2000 p. 34).

Não me vou deter nas razões identificadas por Castel em seu texto, dado que o meu maior interesse é anotar os trechos em que se torna possível adentrar o conceito de coesão social seja como integração seja relacionado à vulnerabilidade ou desintegração como *Mesmo aquele que está em*

situação de risco, poderia ser perfeitamente integrado graças a um trabalho estável e a uma boa qualificação, (...) (2000, p. 23). Ao se referir à situação do trabalhador frente à ‘exclusão’, diz:

Podemos assim distinguir, pelo menos metaforicamente, ‘zonas’ diferentes da vida social na medida em que a relação do trabalho for mais ou menos assegurada e a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólida. ‘Os excluídos povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social’. (ibidem).

É sempre em relação à sociabilidade ou a integração que o termo coesão é apresentado. E continuamente como algo dado, algo inerente à sociabilidade dos indivíduos: “Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de ‘exclusão’” (ibidem). A temática da coesão social reaparece no momento em que o autor trata do papel da sociologia:

Mas a tarefa da sociologia consiste em analisar esse ‘fatores’ que *precedem* a exclusão, para medir os riscos da fratura social: ver como funciona hoje a empresa, como se desfazem as solidariedades... Como situações limites se inscrevem num *continuum* de posições que interrogam a coesão do conjunto da sociedade. Na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um *desfiliado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis. (2000, p. 24).

O posicionamento de Castel indica que há uma tendência ao conciliamento entre a ordem econômica e as garantias mínimas de sobrevivência da população na restauração da chamada coesão:

Sem dúvida, não é fácil (é o mínimo que se pode dizer) conciliar, de um lado, as exigências da competitividade e da concorrência e, de outro, a manutenção de um mínimo de proteção e de garantias para que a conquista de uns não seja paga pela anulação de outros (para que os *in* não produzam os *out*). Porém, a dificuldade da tarefa não diminui a exigência de tentar controlar esta *relação* entre a lógica econômica e a coesão social, antes que se chegue às situações de ruptura que representa a ‘exclusão’. (2000, p. 26).

Ao falar das políticas de assistência Castel é enfático (...) *apresentam também o mérito de continuar um trabalho com esta clientela (desfiliada), cujo objetivo é a integração à sociedade* (2000, p. 27). Mais uma vez há uma tendência a harmonizar essa relação. Outra vez o autor remete-se para a questão de que existe *um déficit em relação à integração social* (2000, p. 28). Expõe o pensamento, também, de que é necessário:

Delimitar zonas de intervenção que podem dar lugar às atividades de reparação. Uma tal construção é compreensível. Parece mesmo mais realista ater-se em problemas para os quais a ação social pode mobilizar recursos próprios. Toda a tradição da ajuda social vai, aliás, nesse sentido. (2000, p. 29).

Apesar de neste trecho o autor não mencionar diretamente a questão da coesão, é possível percebê-la, vez que a *zona de intervenção* proposta por ele, é com certeza uma tática para enfrentamento da questão social, pois a *zona de vulnerabilidade* é exatamente aquela onde a problemática da questão social é mais visível e por isto mais ameaçadora, daí a necessidade de *intervenção* no sentido de transformá-la de novo em zona de coesão ou integração. O conceito de coesão social vai pouco a pouco se tornando evidente, primeiro como integração e sociabilidade (primária e secundária) segundo relacionado diretamente com a questão social, mas ainda agora não tratarei disto, pois quero me dirigir para o próximo texto de Castel estudado *As transformações da*

*questão social*⁶. Nesse texto o autor retoma as idéias desenvolvidas no seu livro *As metamorfoses da questão social*, ao tentar caracterizar a questão social ele (Castel) assim se expressa:

(...) é como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É, em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência. (2000, p. 238).

Traz, então a reflexão de Comte quando este afirma que a questão social *É a ameaça de fratura representada pelos proletários das primeiras concentrações industriais* (ibidem), portanto, hoje, esta situação não se coloca mais como questão social, posto que *essa ameaça foi afastada, porque esse primeiro proletário miserável e subversivo passou a ser uma classe operária relativamente integrada, após um conjunto de processos* (2000, p. 239). E hoje, qual é a nova questão social?

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito. (2000, p. 240).

Então, a questão social configura-se no aumento cada vez maior de um “exército de desfiliaados” que estariam ameaçando a coesão social no sentido durkheimiano do termo:

(...) pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis no sentido forte da palavra a ela atribuído por exemplo por Durkheim, ou seja, estar integrado é estar inserido em relações de interdependência com o conjunto da sociedade. (2000, p. 254).

Neste ponto do trabalho, já tenho condições de sintetizar as analogias do conceito de coesão social encontradas em Castel. Coesão enquanto rede de sociabilidade, relação estatal, integração, adaptação, ou seja, um sentido funcionalista que encontramos em Durkheim, Parsons e até mesmo em Comte. Em oposição temos conceitos formulados pelo próprio estudioso em destaque, que traz novas noções como dissociação, vulnerabilidade, invalidação e desfiliação que são compreensíveis, apenas, quando inseridas no contexto da sua obra de maior referência. *Desvantagem* é outro termo que o autor introduz em seu texto para designar grupos de pessoas ontologicamente enquadrados numa situação de vulnerabilidade social:

Um primeiro perfil de populações remete ao que se poderia chamar de uma teoria da desvantagem, no sentido amplo do termo. Velhos indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos, cegos, paralíticos, escrufulosos, idiotas – o conjunto é heteróclito como um quadro de Jerônimo Bosch, mas todos têm em comum o fato de não suprirem, por si mesmos, as suas necessidades básicas, porque não podem trabalhar para fazê-lo. (2005, p. 41).

As reflexões que trago a partir deste estudo preliminar caminham na perspectiva crítica de identificar a matriz teórica do conceito de coesão e a partir disto analisar o significado da proposta de coesão de Castel no enfrentamento da questão social, vez que é preciso perceber profundamente as implicações de caráter praxiológico da seguinte afirmação *O domínio da questão social não é da esfera exclusiva da empresa e da economia, uma vez que sua dinâmica atual produz efeitos desastrosos do ponto de vista da coesão social* (2005, p.523).

⁶ Palestra proferida por ocasião do Seminário Internacional “A questão social no contexto da globalização”, realizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (out/1996).

III O pensamento de Robert Castel: possíveis racionalidades

Robert Castel tem uma rica e fascinante escrita, cuja leitura de apenas um olhar pode deixar escapar os fundamentos de seu pensamento. Da feita que o propósito aqui é o de “capturar” a base teórica do conceito de coesão social, procurei durante toda a leitura analítica sublinhar os termos que se referiam mais diretamente à coesão e suas similitudes, assim retomo alguma notas retiradas do material lido que já estão, inclusive grifadas na seção anterior. Todas às vezes que o autor se refere a esta temática, usa as seguintes expressões: 1) conjunto ligado por relações de interdependência (2000, p. 238); 2) zona relativamente integrada, após um conjunto de processos (2000, p. 239); 3) A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade (2000, p. 240); 4) estar integrado é estar inserido em relações de interdependência com o conjunto da sociedade (2000, p. 254) e 5) uma vez que sua dinâmica atual produz efeitos desastrosos do ponto de vista da coesão social (2005, p.523); 6) esta relação entre a lógica econômica e a coesão social, antes que se chegue às situações de ruptura que representa a ‘exclusão’ (2000, p. 26). De conformidade com as expressões e as construções argumentativas utilizadas pelo autor é visível a sua familiaridade teórica com os pressupostos positivistas e funcionalistas da compreensão do real, por isto não raro encontra-se afirmações do seguinte teor: “O social consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para preencher esse espaço” (Castel, 2005, p. 31). Ou seja, o social não como determinado historicamente ou como uma totalidade dialeticamente orgânica em que as relações de produção e as formas que, estas tomam historicamente, são decisivas para uma dada organização social. Ao desconsiderar a relação orgânica entre a base e a superestrutura desconsidera as contradições sociais, e o fato de que:

(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (Marx, 1983, p. 25).

O não reconhecimento dessa relação leva Castel, a afastar-se consideravelmente da abordagem marxiana da realidade, operando com um referencial teórico cujas raízes encontram-se nas elaborações de caráter positivistas e funcionalistas (com freqüência, em seu texto, o autor remete o leitor a Durkheim, Comte e Weber). Apesar de Castel não se referir a Talcott Parsons em suas análises, o destaque é feito, pois este último é o representante mais atual dessa corrente de pensamento. A idéia de coesão social casteliana relaciona-se com o funcionalismo estruturalista parsoniano pelo simples fato de que Castel admite uma pré-existência da coesão social como fundamental para garantir a sociabilidade humana, isto é, uma sociedade é ou não coesa tanto mais consiga garantir a integração e a adaptação humana ao tecido social. Há um entendimento subjacente de que a sociedade é então um organismo vivo e harmonioso que tem sua coesão ameaçada pelo agravamento da questão social, que no caso atual está na crise da sociedade salarial.

O que está na base do pensamento de Castel é a concepção de sistema. Daí que, para ele o sistema social já foi outrora mais coeso, considerando holisticamente as relações sociais, em que os indivíduos-membros precisam ter minimamente garantido o acesso a satisfação de necessidades básicas. No passado, havia uma espécie de proteção ou tutela, onde as classes mais abastadas cuidavam das menos, porém hoje já não é mais assim por isto o Estado precisa retomar o seu papel para manter a estruturação social. O que mais aproxima Castel de Parsons é a idéia que está embutida em sua formulação teórica. Por exemplo, para Parsons a sociedade funciona como sistema onde suas peças são reciprocamente dependentes, contribuindo para o seu bom funcionamento. A coesão social é o equilíbrio entre ambas as partes e o distúrbio seria a questão social que acaba por fraturar o corpo social. As propriedades desse sistema são a adaptação e a integração. Com este entendimento a proposta de enfrentamento da questão social por Castel na contemporaneidade é indício de sua ligação visceral com as idéias de reformismo social, o que num certo sentido contribui para a manutenção do *status quo*, por meio de um: “Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições da inclusão de todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, ‘fazer sociedade’” (2005, p. 35). A resolução da questão social depende do “conjunto dos dispositivos montados para promover a integração” (Castel, 2005, p.31) dos trabalhadores dessocializados da sociedade pós-industrial. O autor evoca, ainda, a necessidade de se

reconstruir “uma figura do Estado social à altura dos novos desafios” (Castel, 2005, p. 35). Bem se ver que esta saída encontrada para a situação degradante em que se encontra grande parcela da classe trabalhadora não é nada revolucionária. Não se cogita em transformação social no sentido marxiano do termo, e sim:

O recurso é um Estado estrategista que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Um Estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, *não há coesão social sem proteção social*. Mas esse Estado deveria ajustar o melhor possível suas intervenções, acompanhando as nervuras do processo de individualização. (2005, p. 610).

Em Castel há uma esperança idealista depositada no Estado. Mas aqui caberia perguntar como Farias (2001): *o Estado com ou sem frase?* E já dar a resposta com base no mesmo estudioso: não existe Estado sem frase, isto é, o Estado não se encontra isolado do contexto histórico social que o engendrou, por isto que o Estado não pode ser tomado “(...) por uma forma instrumental que possa ser utilizada para múltiplos fins, como o de promover a justiça, o “bem comum” (Rawls, 1993) e a paz (Kelsen, 1986:33 e ss)” (Farias, 2001, p. 24). De qual Estado fala Castel? Um Estado, cujo poder seja “(...) capaz de construir pontes entre os dois pólos do individualismo e impor um mínimo de coesão à sociedade” (Castel, 2005, p. 610). É como se o Estado fosse um ente autônomo que por si só fosse potente o suficiente para impor uma nova sociabilidade. É como se para a construção de uma nova sociabilidade não fosse necessária uma nova sociedade, um novo projeto social, uma sociedade socialista frente a essa que aí está. Nas 611 páginas do livro (considerado referência) o autor por meio de uma narrativa viva traça o que ele chama de processo de desfiliação e dessociação (anti-solidariedade) por meio do fim da sociedade salarial. Mas o que intriga, insisto, é a sua base analítica: a idéia de que “(...) é nas situações de crise que a coesão social de uma nação é particularmente indispensável” (Castel, 2005, p. 587). A partir desta compreensão podemos situar melhor o pensamento de Castel, atentando para o fato de que este compreende a sociedade como uma relação orgânica entre o todo e as partes:

Assim como a guerra tem um custo, freqüentemente exorbitante, a coesão social também tem um custo, e pode ser elevado. Esta aproximação não é formal. Não foi por acaso que a tomada de consciência da relação orgânica, unindo a coesão social e uma política social determinada conduzida pelo Estado, se deu quando dos desastres da Segunda Guerra Mundial, e especialmente na Grã-Bretanha. (2005, p. 585).

Seria Castel um nostálgico do *Welfare State*? Não cabe aqui e agora uma resposta a semelhante pergunta. Se a coloco é apenas para entender as respostas dadas posteriormente pelo autor a *nova questão social*. Nesse sentido, trago mais uma vez o seu pensamento ao tratar do retorno do Estado para salvaguardar a unidade da nação francesa, como ocorreu ao povo britânico no pós-guerra. Para ele a questão é salvaguardar a unidade da nação. Daí que hoje isto se constitui numa:

Questão homóloga, se for verdade que é por meio dessa mediação que se poderá conservar, ou restaurar, a relação de interdependência do conjunto dos cidadãos com o corpo social. A questão do custo é, então, a dos sacrifícios que devem ser consentidos para preservar a sociedade em sua unidade. (Castel, 2005, p. 586).

E o autor permanece na sua análise, argumentando que cabe ao Estado “restaurar” a deterioração social:

Tal degradação interpela o Estado em sua função propriamente régia de salvaguarda da unidade nacional. Esta função comporta, como foi dito, uma vertente “política externa” (defender seu lugar no “concerto das nações”) e uma “política interna” (preservar a coesão social). (2005, p. 585).

Como Talcott Parsons, Castel (apesar de), reitero, sua verve rebelada, remete sempre a um mundo de coesão, em que o bom ordenamento da sociedade deve ser mantido por meio de um pacto, de forma que todos possam *comerciar*. Ou seja, a coesão social é invocada para manter um nível tal de unidade em que seja possível a plena integração das partes com o todo, dos indivíduos com o tecido

social. Entretanto, essa visão não permite perceber que a sociedade é dialeticamente a totalidade das relações econômicas, cujo desenvolvimento sócio histórico é a principal chave para compreendê-la. A coesão social que Castel tanto se esfalfa em explicitar nada mais é do que, uma ideologia, pois não pode haver harmonia numa sociedade dividida em classes sociais. O poder da ideologia é enorme, pois tem materialidade configurando-se numa *situação real em um determinado tipo de sociedade* (Mészáros, 1993, p.10). Forrester (1996) analisando a mesma situação na França realiza um percurso teórico diferente do de Castel, sugerindo que a coesão ou integração historicamente deram-se na violência em que não raras vezes:

(...) ‘A calma dos indivíduos e das sociedades é obtida pelo exercício de forças coercitivas antigas, subjacentes, de uma violência e de uma eficácia tal que passa despercebida’, e, que no limite, não é mais necessária, por estar inteiramente integrada; essas forças nos oprimem sem ter mais que se manifestar. Só aparece a calma a que fomos reduzidos antes mesmo de nascer. Essa violência, escondida na calma que ela própria instituiu, sobrevive e age, indetectável. Ela cuida, entre outras coisas, dos escândalos que ela própria dissimula, impondo-os mais facilmente e conseguindo suscitar uma tal resignação geral que já não se sabe mais ao que se está resignando: de tão bem que ela negociou o seu esquecimento. (Forrester, 1996, p. 4).

Os significados do pensamento casteliano estão colocados nesses termos: coesão, integração e adaptação social são necessárias para manter a unidade de interesses da nação. Mas, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo é mesmo possível se falar de unidade social, aliás, alguma vez pode-se considerar que existiu esta tal unidade social a não ser nas análises de teor funcionalista? Marx e Engels em seus escritos nunca se referiram a tal noção, pois para eles a sociedade burguesa é uma forma de organização social em que os capitalistas detêm o poder econômico e político para a exploração e expropriação da classe trabalhadora. Para Castel o Estado redimiria a atual situação da degradação social, porém para Engels este Estado (com frase) não tem este papel, pois:

(...) nasceu na necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida. (...). (Engels, 1980, p. 137).

Ao tratar da “coesão” na sociedade capitalista civilizada, afirma que é o próprio Estado o promotor da “coesão” e o faz para reprimir a classe trabalhadora, mesmo que faça de forma persuasiva:

A força da coesão da sociedade civilizada é o Estado, que em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. (Engels, 1980, p. 140).

O fato de Castel insistir tanto no poder da coesão social e no papel do Estado enquanto restaurador dessa ordem social antes una e harmônica hoje múltipla e caótica está no arcabouço teórico que utiliza, cujo apoio respalda-se nos estudos de Comte, Durkheim e Weber e seu herdeiro Parsons. Tal adoção metodológica *anula a possibilidade de uma pesquisa histórica abrangente sobre as bases reais do desenvolvimento do capitalismo* (Mészáros, 1993, p.26). O modelo desenvolvido por Parsons fundamenta-se na idéia de sistema social e estrutura social, em que a interação específica entre os indivíduos membros que o compõem é intensa e de natureza distinta, mas complementar, tendendo a integração e adaptação entre as partes e o todo. Tentar compreender a teoria formulada por Parsons e suas implicações para o enfrentamento da questão social é o próximo passo a ser dado na seção conclusiva deste artigo.

IV Conclusão: os limites da noção de Coesão Social no enfrentamento da Questão Social

A pretensão de Parsons de formular uma “teoria geral” da ação humana numa perspectiva a-histórica o coloca como um dos principais ideólogos da manutenção do *status quo* na sociedade capitalista contemporânea. Segundo Mészáros (1993, p.62):

Parsons fetichiza seus conceitos não pelo fato de “estar possuído pela idéia” de ter construído um modelo universal – uma sugestão idealista – mas porque *toma como pressupostos* os fetichismos e reificações (o estágio dado do *Dasein* burguês) que constituem os alicerces práticos de seus modelos teóricos⁷.

O modelo parsoniano de teoria geral da ação humana justifica e legitima a dominação burguesa, posto que gerado no seu interior por si e para si. Numa formação social com base na propriedade e no direito de propriedade esse paradigma é profundamente ideológico porque nega toda contradição e a luta de classes na sociedade capitalista. Na ótica de Mészáros:

(...) o predomínio maciço da parcialidade capitalista deve ser ocultado sob grossas camadas de elaborada verborragia mistificadora, o resultado teórico das tentativas de Parsons é, com efeito, “uma análise estrutural-funcional” das “estruturas universais” da reificação burguesa e das “funções” da vida, apologeticamente definidas como autopetruadoras e confinadas no “interior do quadro de referência da ação” da sociedade de mercadorias alienadas. (1993, p. 61).

As formulações parsonianas são ideológicas em dois sentidos: 1) por pretender realizar uma análise em que os fatos empíricos submetem-se aos modelos abstratos; 2) pela pregação ao distanciamento do real ou sua mistificação. A explicação dos fatos afiança Mészáros, realiza uma seletividade “racional” reproduzindo os passos lógicos desse imenso modelo de compreensão social. Em outras palavras, Parsons fundou um modelo em oposição à realidade. “Desse modo, Parsons deve ser criticado não pelas idéias – embora ilusórias – que possivelmente teve sobre suas próprias realizações, mas pela *natureza apoloética* das realizações em si” (Mészáros, 1993, p. 62). O que Mészáros chama de *natureza apoloética* em Parsons? A pretensa criação de um estágio de necessidade interna anterior dos fatos antes mesmo de sua realização:

Os membros específicos da seqüência simplesmente “*surgem*”, “*são encontrados*” etc. – como se sássem de uma grande cartola. Aliás, a função apoloética básica da “série de passos lógicos” parsoniana é criar a aparência de “necessidade interna” (melhor: “necessidade lógica”) para um estado de coisas – uma “mera contingência”, se é que jamais houve alguma – que é simplesmente suposto (“como simplesmente dado”), ao qual é conferido o *status* de absoluta necessidade, e é projetado no “paradigma” que, por sua vez, prontamente se presta na seqüência pseudocausal. (Mészáros, 1993, p. 65).

A análise de Mészáros desvela o caráter ideológico subjacente ao paradigma parsoniano e me faz pensar sobre a base racional que fundou tal paradigma. É bem certo que a teoria funcionalista em geral tem raízes – como já afirmamos anteriormente – nos ideólogos do positivismo, mas a de Talcott Parsons em particular, pretende “suavizar” os antagonismos de classe, negando-os até mesmo, enquadrando os diversos “atores” numa pluralidade de papéis, previamente estabelecidos de forma tal que não há qualquer espaço para o conflito, pois tudo o que não é consenso é “desvio”, cuja lógica sistêmica ou estrutural, denota seu caráter funcionalista que legitima as formas mais perversas de acumulação do capital, garantindo a hegemonia do sistema. De forma que não há neutralidade no funcionalismo estrutural de Parsons, pois que sustenta ideologicamente o capitalismo quanto a sua sede inesgotável de acumulação e necessidade de legitimidade: “Sua auto-identificação com a perspectiva do capital (como vimos anteriormente: com o capitalismo das grandes corporações) é tão completa quanto suas pretensões de proporcionar “uma teoria universal da ação” (...)” (Mészáros, 1993, p. 61). Uma visão crítica do sistema parsoniano implica reconhecer que este tipo de interpretação da realidade de cunho estrutural – que universaliza *a priori* os fatos – reduz e desconhece a luta de classes, as lutas sociais ou mesmo o simples conflito. Na verdade a sociedade “funciona” harmonicamente, o problema é que os indivíduos não conseguem se adaptar, comprometendo a “coesão social”. Enfim, a doutrina central do funcionalismo/estrutural está em que: fora do capitalismo “não há alternativa”. Mészáros entende que Parsons realiza em sua teoria geral um enquadramento dos fatos no real, por isto consegue, graças ao esquema de causa-efeito por ele montado, “apagar a relação capital e trabalho” no capitalismo:

⁷ Grifos do autor.

Graças ao pretense quadro de pseudocausalidade e graças à confusão sistemática de fatores subjetivos e objetivos, bem como de esferas individuais e coletivas de ação, como uma consumação final da "tradução empírica" de Parsons, somos brindados com essas linhas: '*a nova economia se tornou independente tanto da 'exploração do trabalho' precedente como do 'controle capitalista' precedente*'. (Mészáros, 1993, p. 67).

Por isto que: "Qualquer coisa, obviamente, é possível num mundo alicerçado nas 'estruturas' da pseudocausalidade parsoniana" (Mészáros, 1993, p. 66). Pensar a realidade por este viés implica no entendimento de que a realidade é imutável, ou seja, a sociedade capitalista é a mesma de ontem, a de hoje, a de amanhã e a de depois de amanhã. O que resta então? A integração, a adaptação e a conformação para não abalar as "estruturas" da *coesão social* mantendo-a. Porém, é bom atentarmos para o fato de que a construção teórica de uma dada noção não se dá num vazio histórico, como bem lembra Mészáros (1993, p. 70):

O caráter ideológico específico de uma teoria social particular é determinado pelo modo em que nela se articulam as características estruturais fundamentais da formação social dada, a partir de uma perspectiva social particular, sob a forma de alguns princípios teóricos básicos e pressupostos (premissas) que constituem os pontos de partida, bem como o esquema geral de orientação das linhas de investigação particulares.

Daí ser complicado pensar em "possíveis saídas para a questão social" por via do Estado unicamente (como se este não fosse fraseado), e adotando um referencial que remonta aos positivistas/funcionalistas porque as coisas não estão dadas num tempo *ad infinitum* ou no "era uma vez" sem qualquer perspectiva dialética da realidade, pois fundamentalmente não podemos fugir da historicidade dos homens e das coisas: "Todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social" (Santos, 1979, p.14). A ideologia dominante nega as determinações históricas da vida social porque desta forma burla os termos da disputa. Ao invés de se falar da lógica irracional que precinge o modo de produção capitalista, permanece no limbo da erudição e do idealismo, dando voltas labirínticas com respostas para tudo, inclusive aos problemas sem respostas:

Para fins dessa constatação, nunca será demais pôr em dúvida até mesmo a existência dos problemas, nem pôr em causa seus termos ou pôr em questão as próprias questões. Em particular quando esses problemas implicam os conceitos de "trabalho" e de "desemprego", em torno das quais se cantam as melopéias políticas de todas as tendências e se entoam as ladainhas de soluções fúteis, apressadas, repisadas, que sabemos que são ineficazes, que não atacam a desgraça acumulada, que nem sequer a visam. (Forrester, 1997, p.19).

Mészáros (2004, p. 58) explica a problemática anunciada por Forrester da seguinte forma:

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito freqüentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações "racionais" preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade.

Parece incerto que nesse contexto atual a utopia de uma outra sociedade antagônica em todos os sentidos a esta que, hegemonicamente domina, seja possível sem uma radical transformação quanto a que queria Marx, Engels e seus legatários. Entretanto, a certeza que emerge é a seguinte: a possibilidade desta outra sociedade só se presentifica a partir do momento que conseguimos problematizar as verdades inquestionáveis como quer Mészáros e Forrester. Este ensaio é uma iniciativa tímida neste sentido, pois apesar de Castel avançar quando se opõe ao que chama de "individualismo negativo" na perspectiva difundida pelo neoliberalismo: "A individualização

produzida pelo ideal neoliberal é a de um sujeito para o qual a sociedade não faz sentido, como se ele não possuísse nenhuma responsabilidade frente à sociedade” (Nardi, 2002, p. 145), preocupa-me a ideologia de classe dominante subjacente em sua engenharia teórica, por dois motivos básicos, a saber: 1) quanto a opção metodológica tomada e 2) quanto as soluções encontradas para a questão social. Entendo que uma não está dissociada da outra. O fato de apoiar-se no referencial funcionalista fundado por Durkheim e burilado por Parsons indica sua opção pelo reformismo social:

(...) opta por uma problematização essencialmente Durkheimiana, ou seja, discutir “A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência” genealogicamente como o trabalho assalariado e os suportes sociais a ele associados permitiram, na sociedade salarial, a integração e a coesão social. (2002, p. 141).

No raciocínio casteliano o modo de produção capitalista é só uma peça das que compõem o largo escopo societal que tem sofrido transformações variadas ao longo dos últimos oito séculos de história civilizada, em que a condição de assalariamento conquistado pela classe trabalhadora é a mais evoluída:

Na argumentação de Castel, a sociedade salarial é a forma mais avançada de democracia da história ocidental. Foi através dos suportes sociais garantidos pela condição de assalariado que o indivíduo moderno tornou-se um indivíduo positivo, ou seja, cuja existência não é assegurada somente pela capacidade de vender sua força de trabalho, mas pelo quinhão de propriedade social ao qual tem acesso. (Nardi, 2002, p. 141).

Nardi (2002) traz uma preciosa informação para o entendimento da posição teórica de Castel quanto a sua análise sobre o nascimento da sociedade salarial e conseqüentemente da situação do trabalhador:

A condição de assalariado permitiu uma relativa desmercantilização das relações de trabalho. As relações de trabalho foram estruturadas na sociedade salarial em torno de instituições do Estado que garantiram os suportes sociais materializados na legislação trabalhista e na legislação social que instituíram o direito à aposentadoria, ao seguro desemprego e à assistência à saúde (compreendidos contemporaneamente sob a denominação genérica de Seguridade Social), por exemplo. (Nardi, 2002, p. 142).

Para Castel essa nova situação histórica gerou uma espécie de desmercantilização das relações sociais do trabalho. Em que bases o autor se fundamentou para chegar a esta conclusão não há maiores referências. É preciso realizar um considerável esforço para admitir a tese de Castel, vez que a sua leitura remete para a conclusão da ausência de relações mercantis dentro de uma sociedade eminentemente mercantil, como a capitalista. Parece-me o problema encontra-se justo no caminho teórico escolhido, o qual já mencionei. Por exemplo, porque Castel preferiu optar pela noção de *coesão social* a de luta de classes? A meu ver liga-se este fato ao que Mészáros coloca:

Nas últimas décadas, os intelectuais se intimidaram em admitir a essência de classe em suas teorias e posturas ideológicas. Lançando um olhar para a dramática mudança ocorrida no mapa social do mundo entre 1917 e 1949 – isto é, entre o início da revolução russa e a vitória da revolução chinesa –, preferiram buscar a segurança reconciliatória, negando não somente a existência dos fenômenos (outrora claramente questionados, mas agora felizmente ultrapassados) do “imperialismo”, “exploração”, “capitalismo”, etc., e mesmo de “classes” e “conflitos de classe”. (Mészáros, 2004, p. 61).

Creio que serve para Castel a reflexão feita por Mariátegui acerca da validade contemporânea do marxismo: “A crítica marxista estuda concretamente a sociedade capitalista. Enquanto o capitalismo não tiver sido completamente ultrapassado, o cânon marxista continuará sendo válido” (apud Bosi, 1990, p. 53). A desfiliação, a invalidação social, o individualismo negativo, a dessocialização ou a degradação do trabalhador no mundo contemporâneo não podem ser compreendidas fora do avanço do capitalismo e seu desenho mais “evoluído”, a reestruturação produtiva do capital, cuja forma e conteúdo estão subordinadas pelo modo de produção dominante. A

análise casteliana desconhece que esses fenômenos só podem ser entendidos enquanto unidade indissolúvel entre a categoria de ser social e o processo histórico de produção. Por isto, quase que ingenuamente propõe: “(...) uma lei-quadro estabelecendo de modo absoluto as obrigações em matéria de tempo de trabalho, de *minimum* de salários e de *mínima* sociais, cabendo aos diferentes “parceiros” ajustá-los e adaptá-los pela negociação” (Castel, 2005, p. 587). Digo, de antemão que não me coloco contra a segunda opção. Acho-a somente muito tímida diante de todo o quadro terrificante pintado por Castel ao longo dos trabalhos que estudei. Afinal, não se chegou a tudo isto senão pela força do capital. Contudo, não se trata de estabelecer mínimos sociais ou inventar estratégias de enfrentamento da questão social com base nesses mínimos, pois a questão social não se expressa apenas enquanto “(...) aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (Castel, 2005, p. 30). A esta concepção contrapomos a de Cerqueira Filho (1982, p. 21):

Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho.

Pensar desta forma representa uma ruptura significativa com a teoria casteliana, a começar pela centralidade do conflito entre capital e trabalho. Tal análise permite ver que na base dessa relação está o cerne da dominação social, imposto pela lógica do capital, cuja expansão é cada vez maior. No ponto de vista de Arendt (1989), o modo de produção capitalista traz como epicentro as desigualdades sociais e o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, fundando a questão social:

A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não anteriormente, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar de que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, tinham conseguido se libertar dos grilhões da pobreza e a miserável multidão trabalhadora fosse inevitável e eterna. (Arendt, 1971, p. 22).

A questão social não se decompôs ou se “metamorfoseou” na perspectiva casteliana porque ela nunca foi resolvida dado que ainda existe uma multidão de seres humanos que sofre as mazelas sociais advindas da forma que se organiza a sociedade desde o advento do modo de produção capitalista, que agrava ainda mais a condição da classe trabalhadora a cada crise intensificada pelo abismo social que separa os donos dos meios de produção e os donos unicamente de sua força de trabalho. A reflexão de Arendt (1971) repousa na problematização da desigualdade, cujo retrato é a massa de trabalhadores, de deserdados e de despossuídos, que não tem outra forma de sobreviver senão vendendo-se enquanto mercadoria. Neste cenário de horrores – para usar a terminologia de Forrester –, não é possível que se opte mais uma vez pela via do reformismo e do conformismo social (mesmo que a proposta de Castel pareça ser “avançada” num primeiro momento), não o é, pois remete a solução para o Estado (burguês) e não para a revolução social no sentido mais radical do termo, como revela brilhantemente Mariátegui apud Bosi (1990, p. 50):

A burguesia já não tem mito algum. Tornou-se incrédula, cética e nihilista. O mito liberal renascentista envelheceu demasiadamente. O proletariado tem um mito: a revolução social. Em direção a esse mito move-se com uma fé veemente e ativa. A burguesia nega; o proletariado afirma. A inteligência burguesa entretém-se numa crítica racionalista do método, da teoria e da técnica dos revolucionários. Que incompreensão! A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito. A emoção revolucionária, como afirmei em um artigo sobre Gandhi, é uma emoção religiosa. Os motivos religiosos deslocaram-se do céu para a terra. Não são divinos; são humanos, são sociais.

Encerro o artigo com esta citação de Mariátegui que pode parecer fora de época, mas não é assim que penso e vou defender o meu ponto de vista: retomar a luta por uma sociedade diferente da que aí está é um imperativo hoje (!). Não se trata de pensar num Estado máximo (voltado para a implantação dos programas sociais) ou mesmo protetor como ajuíza Castel, antes se trata de restaurar

a utopia enquanto práxis filosófica, entendendo que as transformações ocorridas nas relações de produção capitalista não negam a centralidade do trabalho, antes reafirma:

Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. E ele vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistência necessários. Assim, sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite viver. Não considera nem mesmo como parte de sua vida, é antes o sacrifício de sua vida. (Mészáros, 2006, p.114).

Só a utopia pode fazer as pessoas reaprenderem a lutar (!). Uma luta com fim definido: pela superação do capitalismo. Isto é possível? Sim, plenamente possível, mas caberia alertar, vai ser preciso desenvolver o *Afeto da espera. O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso* (Bloch, 2005, p. 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Lisboa: Moraes Editores. 1971.
- _____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.
- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**; tradução de Nélio Schneider. – Rio de Janeiro: EdUERJ:Contraponto, 2005.
- BOSI, Alfredo. **A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui**. *Estud. av.*, Jan./Apr. 1990, vol.4, no.8, p.50-61. ISSN 0103-4014.
- CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão** in *Desigualdade e a questão social*. orgs. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia e YAZBEK, Maria Carmelita – São Paulo: EDUC, 2000.
- _____. **As transformações da questão social** in *Desigualdade e a questão social*. orgs. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia e YAZBEK, Maria Carmelita – São Paulo: EDUC, 2000.
- _____. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**; tradução de Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 5ª Edição, 2005.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FARIAS, Bezerra de Farias. **O Estado contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade de privada e do Estado**. in MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. v. 3, n. 3. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**; tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. – (Ariadne).
- GÉNÉREUX, Jacques. **O horror político: o horror não é econômico**; tradução de Eloá Jacobina – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo** in *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. 2 Ed. Ano 2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Questão social, serviço social e direitos da cidadania** in *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. 2 Ed. Ano 2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**; tradução Laboratório de tradução do CENEX/FALE/UFMG. – São Paulo: Ensaio, 1993.
- _____. **O poder da ideologia**; tradução de Paulo César Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. **A teoria da alienação em Marx**; tradução Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2006.
- MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**; Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- NARDI, Henrique Caetano. **A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre-RS: Jun 2002, vol.14, no.1, p.141-146. ISSN 0102-7182.
- QUINTANA, Mario. **Antologia poética**. Porto Alegre: L & PM POCKET, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Recebido em 21/05/2012
e aceito em 22/08/2012

Title: Social Cohesion in Robert Castel: implications in the fight the Social Issue

Abstract: This conception of social cohesion in Robert Castel, French intellectual who has influenced the analyzes of this issue in Brazil. Shows the limits and possibilities of this theory in confronting social issues. Spells out the vicinity of the functionalist theory with the thought represented by Parsons. Concluded by the weakness of the theory of Robert Castel and points need of a critical theory that underlies the resurgence of social movements in opposition to the rentier capitalism.

Keywords: social cohesion, social issues, critical theory.